

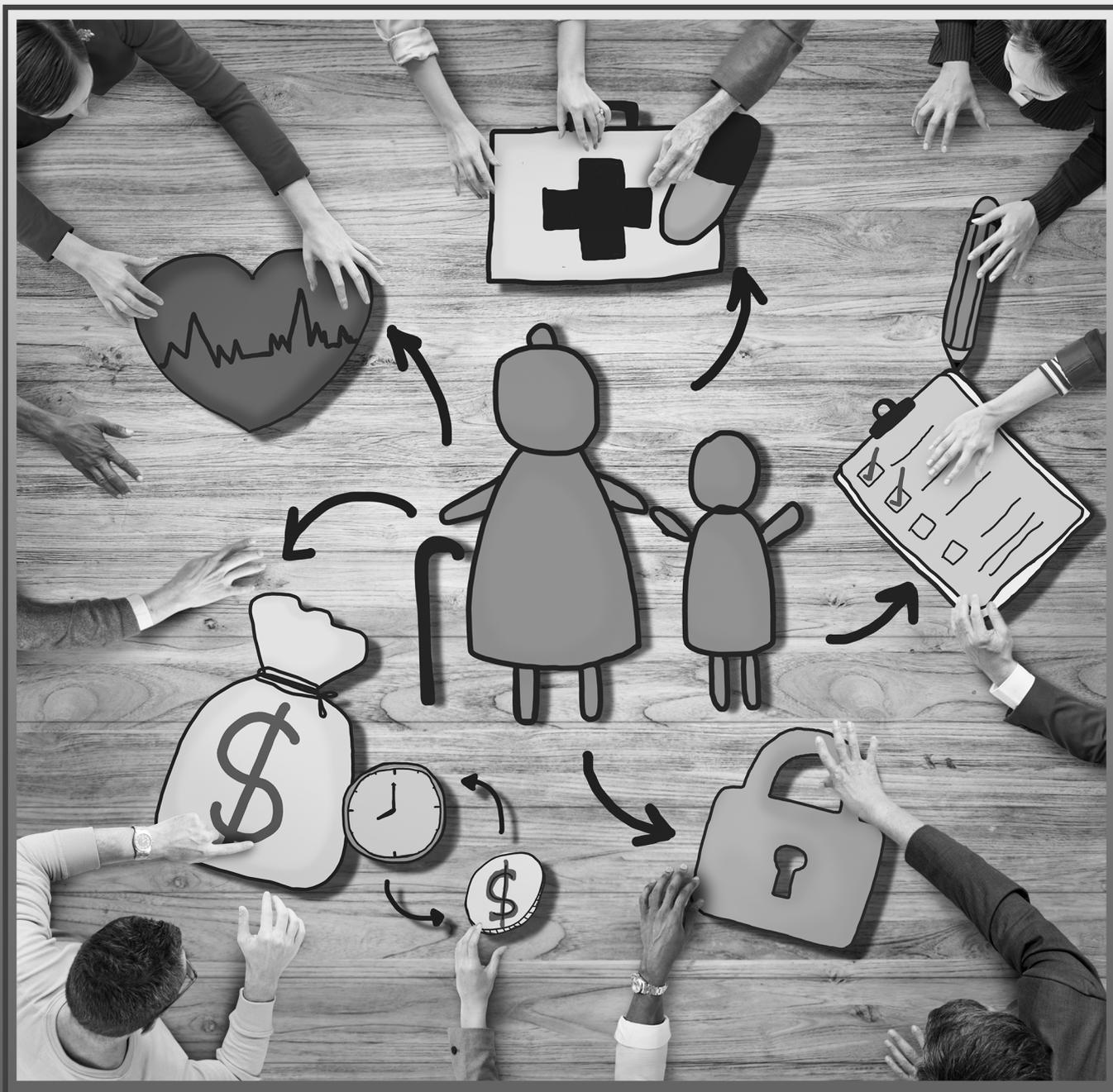


Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Processos de subjetivação no
serviço social
2**

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P963 Processos de subjetivação no serviço social 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-232-6

DOI 10.22533/at.ed.326202907

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: UMA BREVE ANÁLISE DE SUAS IMPLICAÇÕES E FUNDAMENTOS SÓCIOHISTÓRICOS	
Rodrigo de Souza Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.3262029071	
CAPÍTULO 2	12
O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO AVANÇO DO CONSERVADORISMO	
Noêmia de Fátima Silva Lopes	
Clarice do Carmo Santos Souza	
Déborah Martins Soares	
Francine Rodrigues de Oliveira Rocha	
Sabrina Dias Fonseca Lima	
DOI 10.22533/at.ed.3262029072	
CAPÍTULO 3	23
POR UMA ANÁLISE DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO – DESAFIOS PARA A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
Thiago Bazi Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.3262029073	
CAPÍTULO 4	36
DIMENSÃO RELIGIOSA E ÉTICO-POLÍTICA NA FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL NO SÉCULO XXI: TEMAS PARA O SERVIÇO SOCIAL	
Pollyanna de Souza Carvalho	
Letícia Machado de Araujo	
Verônica Gonçalves Azeredo	
DOI 10.22533/at.ed.3262029074	
CAPÍTULO 5	47
PARTICULARIDADES DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: CICLO AUTOCRÁTICO, TENDÊNCIA DE RENOVAÇÃO, PROJETO ÉTICO-POLÍTICO	
Josicleide de Oliveira Freire	
Edjane Aragão Dias de Goes	
Jadna dos Santos Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.3262029075	
CAPÍTULO 6	58
A INFLUÊNCIA DAS CATEGORIAS GRAMSCIANAS NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	
Cintia Maria da Silva	
Verônica Maria do Nascimento Moura	
DOI 10.22533/at.ed.3262029076	
CAPÍTULO 7	69
AS CONTRIBUIÇÕES DA MONITORIA PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	
Tatiana de Lima Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3262029077	

CAPÍTULO 8 80

O DIÁRIO DE CAMPO: SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Valéria Debortoli de Carvalho Queiroz
Maria Terezinha da Silva
Leylla Magna dos Santos Residente
Samantha Freitas Tavares

DOI 10.22533/at.ed.3262029078

CAPÍTULO 9 89

FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL I NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) EM CUIABÁ/MATO GROSSO

Cláudia Regina Paese

DOI 10.22533/at.ed.3262029079

CAPÍTULO 10 98

PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: UMA EXPERIÊNCIA DESAFIADORA NO CONTEXTO PRIVADO

Milene Lúcia Santos
Andreia Agda Silva Honorato
John dos Santos da Silva
Maria Cristina Campos da Silva
Maurício da Silva Santos
Tatiane do Nascimento Bastos Nunes
Rosineide Alves de Amarin

DOI 10.22533/at.ed.32620290710

CAPÍTULO 11 109

O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL (MESS): UMA MEDIAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS/AS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL

Jodeylson Islony de Lima Tomascheski

DOI 10.22533/at.ed.32620290711

CAPÍTULO 12 118

TIRA A MÃO DA MINHA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: MOVIMENTO ESTUDANTIL EM TEMPOS DE CORTES ORÇAMENTÁRIOS

Nívia Barreto dos Anjos

DOI 10.22533/at.ed.32620290712

CAPÍTULO 13 130

AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL EM TRÊS RIOS: UMA ANÁLISE APROXIMATIVA DO SERVIÇO SOCIAL

Sueli do Nascimento
Julia Marinho Moreira da Silva
Vanessa Miranda Soares
Thais Carpinter de Souza
Luzineth Corrêa da Silva Carvalho
Caroline de Carvalho Pinto
Vanilda de Oliveira Carvalho Pinto
Patrícia Bonfante Soares Freitas

DOI 10.22533/at.ed.32620290713

CAPÍTULO 14	140
A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA's)	
Jodeylson Islony de Lima Tomaszewski	
Ana Cleide Ferreira de Souza	
Francisca Fabiana Lima	
DOI 10.22533/at.ed.32620290714	
CAPÍTULO 15	152
O TRABALHO COM GRUPO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO GRUPO DE APOIO AOS PAIS - GAP	
Gisleane Silva de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.32620290715	
CAPÍTULO 16	164
O ACOLHIMENTO REALIZADO PELO SERVIÇO SOCIAL EM SITUAÇÃO DE ÓBITO NEONATAL	
Brenda Gonçalves de Sales Costa	
Conceição Rodrigues Teodózio	
Daiana de Melo Barros	
Elayne Cristina da Costa Ferreira	
Ana Beatriz Araújo Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.32620290716	
CAPÍTULO 17	171
O MÉTODO HISTÓRIA DE VIDA ENQUANTO METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS PCD'S DO ICISA/UFPA	
Ana Maria Pires Mendes	
Ana Paula Dias Martins	
Alexandre Fellipe A. dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.32620290717	
CAPÍTULO 18	179
A OPERACIONALIZAÇÃO DAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS REALIZADA ATRAVÉS DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - SAEST: O ACESSO DE ALUNOS Pcds EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E OS AUXÍLIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA-DIRECIONADOS E ESTE PÚBLICO	
Eracele do Carmo Conceição	
DOI 10.22533/at.ed.32620290718	
SOBRE A ORGANIZADORA	191
ÍNDICE REMISSIVO	192

A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA'S)

Data de aceite: 01/07/2020

Jodeyson Islony de Lima Tomascheski

Assistente Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul campus de Ponta Porã (UFMS/CPMP);

Mestre e Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Ponta Porã/MS

<http://lattes.cnpq.br/7819108340566107>

Ana Cleide Ferreira de Souza

Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho de Natal. Natal/RN

<http://lattes.cnpq.br/3650530026712309>

Francisca Fabiana Lima

Assistente Social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania do Município de Coronel João Pessoa/RN e Assistente Social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do Município de São Miguel/RN.

São Miguel/RN.

RESUMO: A atuação nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA's) demonstra peculiaridades à intervenção profissional e traz consigo diversos novos desafios, enriquecendo o debate sobre a instrumentalidade do Serviço Social. Dessa

forma, com essa pesquisa podemos concluir que o enriquecimento da instrumentalidade profissional nas UPA's é uma saída para o rompimento com práticas profissionais ainda estereadas.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Instrumentalidade; Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).

ABSTRACT: The work in the Emergency Care Units (UPA's) demonstrates peculiarities to the professional intervention and brings with it several new challenges, enriching the debate about the instrumentality of Social Work. In this way, with this research we can conclude that the enrichment of the professional instrumentality in the UPA's is an exit for the break with professional practices still stereos.

KEYWORDS: Social Work; Instrumentality; Emergency Care Units (UPA's).

INTRODUÇÃO

A partir da Constituição Federal de 1988, compreendendo-a como expressão das lutas políticas e sociais, as políticas sociais ganharam especial atenção, principalmente aquelas que compõem a seguridade social: saúde, previdência e assistência social.

A partir desse marco, a saúde é estruturada em todo o território nacional através do Sistema Único de Saúde – SUS e são inegáveis os avanços no âmbito dessa política, principalmente no tocante ao aparato legal composto por diversas normativas, dentre elas, a Lei Federal de nº 8.080/90 (também chamada de Lei Orgânica da Saúde).

Com o avanço da regulamentação e estruturação das ações e serviços dessa política no Brasil, em 2010 foram criadas as Redes de Atenção à Saúde (RAS), como forma de melhor organizar o atendimento, visando a integralidade no cuidado que, de acordo com o órgão regulador, através da Portaria nº 4.297 de 30 de dezembro de 2010 se ordenam como “arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas, que integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado” (BRASIL, 2010, p. 1). Entre as RAS, está a Rede de Atenção às Urgências e Emergências, e um dos componentes institucionais desta rede são as Unidades de Pronto Atendimento – UPA’s 24 horas.

Assim, é a partir de nossa inserção em uma UPA no estado do Rio Grande do Norte que desenvolvemos um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na Pós-Graduação *Lato Sensu* em Instrumentalidade do Serviço Social, no qual refletimos sobre a atuação dos/as assistentes sociais nas UPA’s. E, nesse artigo, fragmentos do referido TCC, objetivamos fazer uma contextualização das UPA’s no âmbito da política de saúde, considerando a crise do capital e as medidas neoliberais que impactam nas condições dessa política, bem como buscamos analisar a instrumentalidade profissional, com base nas atribuições e competências do/a assistente social no âmbito das UPA’s, por meio da teoria crítica.

Nos ancoramos no materialismo histórico-dialético como método de análise, tendo a pesquisa bibliográfica e documental como técnicas de pesquisa. Didaticamente organizamos esse trabalho da seguinte maneira: Abordamos aspectos relacionados à saúde e seus principais conceitos, com uma breve contextualização da construção dessa política até a institucionalização das UPA’s no SUS, bem como o lugar do/a assistente social nesse espaço ocupacional. Levantamos questões sobre o lugar do Serviço Social nas UPA’s, na perspectiva de refletir sobre a instrumentalidade profissional, a partir das atribuições e competências profissionais dos/as assistentes sociais. Por fim, apontamos nossas considerações finais.

O PAPEL DAS UPAS’S NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E O LUGAR DO SERVIÇO SOCIAL NESSAS UNIDADES

A concepção de saúde entendida a partir de diversos aspectos – biológicos, meios socioeconômicos e culturais, espaço físico, entre outros – parte da compreensão da necessidade de saúde que considera as relações sociais, cujas demandas configuram-se em expressões da questão social, dadas às desigualdades reproduzidas historicamente na sociedade capitalista brasileira.

Reconhece-se, ainda, que a compreensão da saúde como um processo, priorizando a vida com qualidade em vez da ausência de doença, a promoção da saúde situa-se em oposição crítica à medicalização da vida social, enfatizando o aspecto político que induziria a relações sociais mais igualitárias. (MARCONDES, 2004 *apud* NOGUEIRA & MIOTO, 2006, p. 232)

No Brasil, em sua trajetória histórica de desigualdades sociais, econômicas e culturais, a questão social é acirrada e expressada em diversas dimensões da vida social, a exemplo quando a população não tem acesso a serviços de saúde de forma universal, a saneamento básico, trabalho, habitação, dentre outros. Nesse contexto, a saúde é afetada diretamente, e por isso deve ser matéria de intervenção do Estado, mas deve também ser pauta no debate popular, a fim de fortalecer o aspecto político que a temática possui.

Um importante marco nessa discussão foi o Movimento de Reforma Sanitária instaurado na década de 1970 do século XX, ele assume papel importante na movimentação político-social da Carta Magna de 1988, na qual se vincula o conceito de saúde ampliada, como citado anteriormente. Porém, é salutar mencionar que, embora esse amadurecimento, do ponto de vista ideológico e teórico, medidas neoliberais implementadas no país desde o governo Collor de Mello (1990-1992) exerceram influência negativa nos setores de políticas públicas, haja vista os cortes de gastos sociais, ou seja, a transferência de serviços para o setor empresarial, alinhando o Estado à política privatista. Os governos seguintes ao governo Collor mantiveram as iniciativas de Estado Mínimo, acirrando as desigualdades sociais vigentes, aumentando a prática do setor privado no âmbito das políticas públicas, trazendo assim a contradição do ideário constitucional de 1988, cujas garantias vislumbram princípios para a seguridade como universalidade e estatização (BEHRING & BOSCHETTI, 2011).

Nesse contexto, a política de saúde sofre impactos diretos, com a restrição de gastos e privatizações que, de acordo com Behring e Boschetti (2011, p.161) “a saúde pública padece da falta de recursos, o que se evidencia nas longas filas, na demora para prestação dos atendimentos, na falta de medicamentos e na redução de leitos”. Apreende-se que essa lógica de redução na alocação de recursos financeiros para a política social está na sobreposição da política econômica em detrimento da social, característica marcante do neoliberalismo.

Contudo, é na estruturação do SUS, com base nos princípios da universalidade, equidade e integralidade, que emerge as Unidades de Pronto Atendimento (UPA's), no âmbito da Rede de Atenção às Urgências e Emergências¹, com o objetivo de organizá-la. As UPA's foram implantadas como estratégia para a configuração dessa Rede, cujo atendimento pressupõe o acolhimento, a classificação de risco e assistência multiprofissional, articulada à Rede de Atenção Básica, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e Hospitais, construindo fluxos de referência e contrarreferência.

No início dos anos 2000, estabeleceu-se no âmbito do Ministério da Saúde a

1. Conforme consta no artigo 4º inciso VI da portaria 1.600 de 07 de julho de 2011.

organização de uma política nacional de atenção às urgências, com a implantação de novos componentes, como os serviços de atendimento móvel de urgência (SAMU) e as unidades de pronto atendimento (UPA). (RECIPUTTI, 2017, p. 2).

Assim sendo, as UPA's surgiram com o objetivo de reunir os atendimentos de saúde, cuja complexidade dos serviços atenda às demandas intermediárias, ou seja, demandas entre a atenção básica e a atenção hospitalar, buscando garantir a diminuição da procura aos hospitais que passaram a atender apenas os casos de alta complexidade. Os fatores que influenciaram o surgimento das UPA's partiram principalmente do componente fixo pré-hospitalar, pouca resolutividade da atenção básica à saúde, falta de estrutura física dessas unidades e a superlotação dos hospitais. Por essa razão, o trabalho das UPA's adquiriu, nos últimos anos, importante relevância no atendimento de saúde, dada a absorção de consideráveis demandas que antes faziam "inchar" as filas dos hospitais, além de localizar-se no território mais próximo à população usuária, com funcionamento ininterrupto, passando a ser referência em urgência e emergência para as populações de várias cidades no país nos últimos anos.

A partir de 2007 houve um processo de expansão das UPA's com investimentos em estruturas físicas, equipamentos e contratação de recursos humanos, porém o mesmo não se viu no tocante à investimentos na atenção básica e hospitalar, o qual reflete na atuação das UPA's, a partir de efeitos negativos em sua resolutividade, dado o aumento de suas demandas. O trabalho dessas Unidades encontra-se em posição intermediária e isso requer delas à absorção de demandas de usuários considerados urgentes e não urgentes. O atendimento do primeiro grupo pressupõe a necessidade de contrarreferência à rede hospitalar de alta complexidade, que apresenta diversas deficiências; e o segundo grupo precisa ser remetido à atenção básica para o trabalho preventivo, contudo, o que se observa é que essa não dispõe de capacidade suficiente para a cobertura dos serviços demandados.

Essa realidade é expressa, de um lado, pela relevância dos serviços das UPA's para os usuários alinhada à capacidade de oferta do sistema, mesmo que relativa, e, por outro lado, apreende-se a fragilidade dos serviços da atenção básica e o comprometimento da referência e contrarreferência no âmbito da assistência à saúde pública.

É inegável a importância das UPA's para a população, à medida que abarca diversas demandas, sejam elas urgentes ou não. No entanto, esses equipamentos, apesar do pouco tempo de implantação no país, já enfrentam desafios em sua resolutividade, considerando que não há um efetivo investimento nos demais componentes da política de atenção às urgências, bem como nos hospitais, gerando assim o aumento no tempo de permanência dos pacientes nas UPA's, por motivo dos leitos insuficientes nos hospitais de referência, e também pelo próprio agravamento do quadro de saúde dos pacientes, sobrecarregando-as, gerando uma demanda reprimida no serviço.

E, nesse contexto, apontamos que um dos maiores desafios enfrentado nas UPA's é a

questão dos recursos humanos. Diante do aumento da demanda, tornam-se insuficientes, e implicam diretamente na qualidade do atendimento, além da grande rotatividade dos profissionais, em decorrência de vínculos temporários e sem grandes investimentos em capacitação de forma permanente e continuada. É salutar destacar nesse aspecto, a necessidade de implementação da Política de Humanização em sua totalidade, que é transversal aos serviços de saúde, em toda rede de atenção². Conquanto, a equipe multiprofissional que executa os serviços das UPA's, como consta na Portaria nº 10 de 3 de janeiro de 2017, deve atentar:

Equipe Assistencial Multiprofissional com quantitativo de profissionais compatível com a necessidade de atendimento com qualidade, considerando a operacionalização do serviço, o tempo - resposta, a garantia do acesso ao paciente e o custo-efetividade, em conformidade com a necessidade da Rede de Atenção à Saúde - RAS e as normativas vigentes, inclusive as resoluções dos conselhos de classe profissional. (BRASIL, 2017, p. 8)

Dentro dessa estruturação de atendimento é que se encontra o/a assistente social, inserido em mais um espaço sócio-ocupacional no âmbito da saúde, contribuindo com um fazer profissional que, assim como nos demais campos de atuação, está orientado e norteado pelas balizas ético-normativas da categoria, tais como a Lei de Regulamentação e o Código de Ética Profissional.

Nesse sentido, concerne ao assistente social o entendimento de que o Serviço Social está inserido na divisão sociotécnica do trabalho, como categoria de especialização do trabalho coletivo e que assume a questão social como objeto de intervenção, e

[...] essa compreensão implica enxergar a profissão para além de suas fronteiras, entendendo que os rumos da realidade interferem no exercício profissional, que não se realiza exclusivamente pelo desejo e vontade dos assistentes sociais (ARAGÃO, 2017, p. 164).

Assim, podemos compreender que nos mais diversos campos de atuação profissional, os/as assistentes sociais atuam frente às mais variadas expressões da questão social, tais como elas se apresentam nas relações de trabalho, familiares, de saúde, entre outros. E, dada sua dinamicidade na saúde, esta apreensão torna-se um importante desafio aos/às assistentes sociais, principalmente em serviço de urgência como o das UPA's, devido a rotatividade de usuários e a necessidade de respostas ágeis e precisas.

Todavia, a profissão é dotada de um “conhecimento acumulado” (NOGUEIRA & MIOTO, 2006, p. 280) que a capacita a intervir em contextos adversos e complexos, já que a profissão se debruça no conhecimento da realidade e dos sujeitos envolvidos em sua intervenção. Assim, esses conhecimentos:

Devem-se constituir em eixo central da atuação do profissional de Serviço Social, [...]

2. A Política Nacional de Humanização (PNH) existe desde 2003 para efetivar os princípios do SUS no cotidiano das práticas de atenção e gestão, qualificando a saúde pública no Brasil e incentivando trocas solidárias entre gestores, trabalhadores e usuários. A PNH deve se fazer presente e estar inserida em todas as políticas e programas do SUS. Promover a comunicação entre estes três grupos pode provocar uma série de debates em direção a mudanças que proporcionem melhor forma de cuidar e novas formas de organizar o trabalho. (BRASIL, 2008)

os quais se constituem na chamada educação em saúde. O seu enfoque abrange diversos aspectos: informação e debate sobre rotinas e funcionamento das unidades tendo por objetivo a sua democratização e as necessárias modificações; análise dos determinantes sociais das situações apresentadas pelos usuários; democratização dos estudos realizados pela equipe (com relação à rede de serviços, perfil epidemiológico, socioeconômico e cultural dos usuários); análise da política de saúde e dos mecanismos de participação popular. (CFESS, 2010, p. 55 – *grifos nossos*)

Embora seja característica nos serviços de urgência e emergência a imediaticidade, fluxo intenso de atendimentos e rotatividade, que muitas vezes ocasionam ao/à assistente social intervenção pontual, o esforço do enriquecimento da instrumentalidade profissional, deve ser uma pauta diária, tendo em vista que esse espaço de atuação se apresenta como um recente cenário no âmbito do Serviço Social, e que por suas determinações contraditórias já emana um conjunto de desafios, tais como: superlotação, escassez de meios de resolutividade suficientes, correlações de forças e a (re)afirmação do projeto profissional em contraponto aos interesses antagônicos postos pelas instituições dessa sociabilidade. Dessa forma, no próximo item buscaremos aprofundar o debate sobre a instrumentalidade do Serviço Social, a partir das atribuições e competências profissionais no contexto das UPA's.

A INSTRUMENTALIDADE PROFISSIONAL: REFLETINDO AS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO/A ASSISTENTE SOCIAL NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA'S)

O trabalho do/a assistente social em unidades de urgência e emergência tende a ser caracterizado como pontual, rotativo e imediato (ARAGÃO, 2017), dada a demanda do serviço que requer solução imediata. Essas três características se dão pela dinâmica organizacional, cuja demanda de atendimento se apresenta de forma sazonal, no qual a dinâmica de trabalho é permeada pela imprevisibilidade das demandas. Nesse contexto, os/as profissionais assumem a jornada de trabalho em regime de plantão, sendo esses sequenciados, garantindo o funcionamento ininterrupto, ou seja, 24 horas por dia.

Nas UPA's, o Serviço Social é uma das portas de entrada dos/as usuários/as. São inúmeras as atribuições deste profissional no serviço, e ele está em contato com praticamente todos os demais setores, mas com a competência de promover à população demandatária o acesso ao atendimento digno de saúde. Essa atribuição traz consigo diversos desafios a serem vencidos pela categoria neste âmbito de atuação.

A (re)afirmação do trabalho profissional perpassa não só pelas discussões internas, mas pelas relações profissionais com outras categorias, como também na relação com os usuários do serviço, além das condições de trabalho e vínculo empregatício, já que:

A relativa autonomia do assistente social se apresenta como caminho para se imprimir uma direção social no exercício profissional (...). O caráter institucional coloca um relativo limite à ação profissional, através de definições de funções e condições de

trabalho, apresentando exigências ao assistente social, que se tencionam aos rumos que o profissional pretende dar as ações. Na correlação de forças construídas no espaço sócio-ocupacional, o assistente social possui a sua relativa autonomia para tentar moldar e operar o exercício profissional de acordo com os objetivos e finalidades pretendidos. (ARAGÃO, 2017, p. 124)

A reflexão dessas problemáticas que envolvem o/a assistente social no trabalho das UPA's, assim como em outros campos de atuação, requer que se remeta à discussão apontada por Iamamoto (2004, p. 22) de “que o Serviço Social é uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade”, e por isso, enlaça-se com as determinações concretas nos processos de trabalho os quais está inserido, e as condições objetivas “interferem e incidem na ação do Serviço Social, sendo a sua problematização necessária para a compreensão do exercício profissional”. (ARAGÃO, 2017, p. 122).

A implantação no Serviço Social neste segmento da saúde é uma estratégia de amplitude das demandas atendidas que, embora se apresentem por necessidade de atendimento curativo, traz consigo outras necessidades que ultrapassam a relação saúde x doença e, como adoção de um novo conceito de saúde, o serviço das UPA's abrange também questões sociais que se relacionam ao entendimento de saúde adotado.

Dito isso, é sabido que a prática dos/as assistentes sociais na saúde apresenta diversas atividades, as quais se configuram em uma importante ação interventiva, quando contribui para a melhoria do atendimento à população, a democratização da participação popular e o acesso à saúde, enquanto direito. No entanto, no cotidiano das UPA's, os/as assistentes sociais nem sempre dispõem de condições para promover o acesso dos usuários aos seus direitos de forma digna. Essas condições são traduzidas constantemente em desafios, os quais estão diretamente relacionados ao trabalho em equipe, correlações de força, dinâmica da instituição, estrutura física, e isso, acaba por desembocar numa condição em que o/a profissional tende a desempenhar, muitas vezes, ações não tão condizentes com as suas competências e atribuições privativas.

Nesse campo, o/a assistente social desempenha atividades como visita aos leitos, entrevistas, acolhidas, internamento, liberação/acompanhamento de visitas, orientações, encaminhamentos, etc. Essas atividades caracterizam o lugar da profissão nesse espaço, que é a interação com os/as usuários/as, demais profissionais e outros segmentos das políticas públicas, no intento de construir mediações favoráveis à atenção integral aos usuários.

A visita aos leitos é uma atribuição de várias categorias da área hospitalar e cada uma assume um objetivo com a atividade. O/A assistente social através das visitas aos leitos “rompe com o tradicional trabalho do/a assistente social na urgência e emergência, em que permanecia aguardando a demanda, por atendimento espontâneo ou encaminhamento da equipe” (VASCONCELOS, 2007 *apud* ARAGÃO, 2017, p. 126). Esse é o momento no qual também se podem observar as condições de tratamento e relacionamento entre paciente

e cuidador, tendo em vista a requisição frequente ao/a assistente que intervenha em processos de desconstrução de ciclos de violência entre cuidador e paciente. O momento de visita aos leitos ajuda nessa interação, podendo ser chamada também de “busca ativa da demanda” (ARAGÃO, 2017, p. 125) onde são executadas ações socioeducativas.

Nas UPA's as entrevistas sociais são atribuições da equipe de Serviço Social e essas são feitas também no processo de acolhida das demandas. Geralmente são feitas com o acompanhante dos pacientes, processo pelo qual são repassadas orientações sobre a dinâmica institucional. É interessante que o profissional já tenha tido contato prévio com os profissionais de medicina e enfermagem para ter uma noção do quadro clínico do paciente e proposições de tratamento possíveis para que possa dialogar com o acompanhante/paciente sobre essas possibilidades, relacionando o tratamento proposto ao contexto social vivenciado. Este é o momento onde o/a assistente acolhe as demandas sociais e posteriormente traça, junto com as demais equipes, o plano de acompanhamento da família.

É importante frisar que as UPA's possuem setores de internamento (embora muitas pessoas achem que o atendimento está restrito ao atendimento imediato de estabilização do paciente). As unidades contam com sala de estabilização, onde geralmente ocorre o primeiro atendimento das demandas classificadas como amarelo e vermelho³. Em seguida, caso o paciente demande internamento, pode ser encaminhado aos leitos da sala amarela ou vermelha. Sendo que, cada unidade possui uma quantidade mínima de leitos que depende do porte da instituição⁴.

Nos leitos da sala vermelha os pacientes não dispõem de acompanhantes, dado o quadro clínico mais delicado, e aqui, o Serviço Social possui papel fundamental na interação com os familiares desses. Nesse caso, o paciente/acompanhante geralmente tem contato com o Serviço Social desde a acolhida à alta/transferência, inclusive a decisão de alta do paciente perpassa também pela avaliação social – chamada de alta social – já que em grande parte das problemáticas motivadoras de internamento há contextos sociais, os quais nem sempre favorecem o retorno do paciente ao seu lar.

Outra atividade requisitada aos/às assistente sociais no cotidiano desse trabalho é de liberação e acompanhamento de visitas que, embora não deva ser uma atribuição privativa do Serviço Social e seja meramente burocrática, há valor no tocante à possibilidade de aproximação das situações de vida dos usuários, fundamentando possíveis encaminhamentos que se fizerem necessários, além de poder repassar informações relevantes à rede familiar e comunitária dos pacientes internos.

Outro ponto importante na presente discussão é sobre o relativo desconhecimento das atribuições e competências do/a assistente social, por parte de algumas categorias profissionais que atuam no mesmo espaço institucional e da população usuária, que leva

3. Para um melhor entendimento, ver sobre o Protocolo de Acolhimento com Classificação de Risco proposto pela Política de Humanização do Ministério da Saúde.

4. O porte de cada unidade é definido pela Portaria nº 10 de 3 de janeiro de 2017.

ao risco de que a atuação desses profissionais esteja condicionada ao imediatismo de assessorar outros profissionais em ações burocráticas ou limitadas ao pragmatismo.

O/a assistente social não desenvolve suas ações de forma isolada, mas sim coletivamente, e essa característica é relevante quando se considera essencial o trabalho em equipe multiprofissional nas unidades de urgência, pois as necessidades de saúde da população ultrapassam o atendimento centrado na consulta médica. Daí a importância da unidade entre as dimensões do fazer profissional: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa numa perspectiva crítica e propositiva. Nesse interim, pensar a instrumentalidade do Serviço Social, é apreendê-la enquanto mediação, na qual o profissional tem a capacidade de articular suas estratégias interventivas, já que “o Serviço Social é uma profissão eminentemente interventiva, que acabou por desenvolver formas de realizar a prática pelas quais se tornou conhecida e reconhecida socialmente” Guerra *et al* (2017, p. 23).

E nessa perspectiva, a compreensão da instrumentalidade do Serviço Social se ancora nos fundamentos ontológicos do ser social, pelos quais se orientam os valores de liberdade, democracia, respeito aos direitos humanos, de justiça, equidade social, entre outros, fincados em nosso Projeto Profissional. Entretanto, esse fazer profissional perpassa o cotidiano das relações sócio-profissionais, engendrado num processo contínuo de interações sociais.

Pensar o cotidiano num universo tão contraditório constitui um campo infindável e encantador a ser desvelado. Por conseguinte, por que não extrair do próprio cotidiano vivido os elementos para a construção de um arcabouço teórico-conceitual-filosófico, fundamentando numa determinada proposta ética e política? (VERONEZE, 2013, p. 165)

Entretanto, nesse cotidiano, a demanda institucional do trabalho profissional, desemboca na requisição de um profissional polivalente, imediatista e executor de atividades meramente burocráticas. É claro que as respostas às burocracias do dia a dia adentram também o contexto de atuação do/assistente social, a exemplo de que, diariamente é necessária a mera produção de documentos e catalogação de informações, e, demandas como execução do processo de regulação⁵ tem sido crescente, no qual o profissional é responsável apenas pela ação de contatar outros serviços médicos.

Assim sendo, acreditamos que a forma mais simples, talvez, de avaliar se a atividade (ainda que burocrática) é ou não condizente com os pressupostos para a profissão é saber se “essa ação demanda conhecimento teórico ou técnico que somente o/a assistente social pode responder?”.

Sabemos que a profissão é parte de um todo articulado, e que sofre influências de diversas relações, situação não tão diferente no espaço das UPA's. Porém, a cultura

5. A regulação é uma atribuição que deve ser privativa ao médico já que se dá a partir da classificação de risco, através de informações sobre as condições clínicas, exames complementares e diagnóstico médico. Trata-se de uma procura, na rede do SUS, pelo serviço que atenda as necessidades do paciente. Porém pode está articulada a outras categorias quando houver a necessidade de consulta de uma abordagem.

profissional constituída pelo amadurecimento teórico, formação profissional de cunho crítico e do Projeto Ético-Político, está em constante embate com posturas ainda conservadoras presentes na profissão, as quais refletem diretamente na instrumentalidade profissional.

Nessa direção, é importante considerar o espaço institucional das UPA's, compreendendo-o em suas demandas, requisições, necessidades apresentadas pelos usuários, suas particularidades e relacioná-las à política de saúde instaurada no país. Essa apreensão torna-se um desafio ao/a assistente social, uma vez que não se trata apenas de compreender as normas, rotinas presentes na instituição, mas refletir no seu cotidiano a relação entre o fazer profissional crítico e maduro frente às suas diversas manifestações do imediatismo, da burocratização e do pragmatismo.

Sob esse prisma de abordagem, “a premissa é de que a técnica é uma construção histórica que implica aprimoramento do instrumento; aprimoramento este que aciona o conjunto das dimensões que integram o exercício profissional”. (GUERRA *et al*, 2017, p. 38). Isso denota à profissão o exercício constante de autorreflexão, para que não se corra o risco de promover uma dicotomia entre teoria e prática, próprio das instituições capitalistas. Esse risco se evidencia nas atitudes conservadoras sustentadas pela ordem burguesa e suas ideologias históricas, que enquadram o/a assistente social como “profissão de caráter eminentemente técnico” (GUERRA, 2014, p. 231), trazendo o risco de exaurir-se somente às preocupações cotidianas.

Em todo esse contexto, o/a assistente social é requisitado a posicionar-se frente aos mais diversos desafios que colocam em “xeque” os ideais democráticos da profissão e da população usuária, visando o que talvez seja nosso mais árduo desafio: construção de uma nova ordem societária, sem qualquer tipo de dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. Faz-se necessário, portanto, transitar do real abstrato apresentado no cotidiano para o real concreto através da estruturação de mediações capazes de “compreender e transformar a realidade social [...], no intuito de desvelar as vias de resistência ultrageneralizadas que impedem a transformação dos nexos de articulação do fenômeno estudado para o concreto pensado” (VERONEZE, 2013, p. 165)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As medidas neoliberais adotadas pelo Estado brasileiro impactaram negativamente as políticas sociais, e essa contrarreforma acarreta limites à atuação profissional dos/as assistentes sociais, os quais historicamente lhes foram impostos, considerando sua condição de trabalhador assalariado, por meio da precarização do trabalho, pelo espectro do conservadorismo, dentre outros.

Dessa maneira, a principal consideração que identificamos acerca do trabalho do/a assistente social nas UPA's é a importância de se ter clareza das suas atribuições privativas e competências profissionais, e para isso se faz necessário o aprimoramento

intelectual constante, apropriando-se das normativas da profissão, que tecem orientações imperativas, as quais impactam na qualidade do atendimento às demandas dos usuários.

Sabe-se que assumir uma postura embasada nessas normativas de forma crítica é mais um desafio a ser enfrentado pelo/a profissional, já que no espaço sócio-profissional também está presente uma correlação de força institucional, onde o/a profissional muitas vezes é requisitado a desempenhar ações que não condizem com suas competências e atribuições, recaindo diretamente na conformação da uma ***instrumentalidade institucional***.

Dessa forma, refletir sobre a atuação do/a assistente social na UPA, além das mediações teóricas, éticas e políticas, sinalizamos a importância do conhecimento da Política de Saúde e da Rede de Atenção às Urgências e Emergências, que compreendem a articulação das UPA's com os demais níveis de complexidade do SUS, possibilitando as mediações necessárias ao acesso dos usuários aos serviços de saúde de forma participativa.

Também se faz necessário construirmos coletivamente entre a categoria profissional, formatos de resistência diante dos desafios encontrados nas UPA's, articulando-se com as demais categorias e com os usuários, em defesa dos seus direitos por um SUS de forma integral e universal. É com essas e outras possibilidades que tenderemos a qualificar a atuação profissional na direção do Projeto Ético-Político, ***enriquecendo a instrumentalidade profissional***, como capacidade de viabilizar o acesso à saúde.

Portanto, diante de todas essas questões que foram abordadas, tem-se uma realidade complexa que se expressa no cotidiano das UPA's e exige do/a assistente social uma análise concreta dessa realidade, a partir da apreensão da unidade dialética entre teoria e prática, refletindo a vivência profissional, por meio das condições objetivas e subjetivas que se conectam no cotidiano profissional, ou seja, buscar o concreto-pensado para qualificar diariamente o trabalho profissional.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, T. V. C. **O Trabalho do Assistente Social nas UPAs de Juiz de Fora**: especificidades de um espaço sócio-ocupacional. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Lei Orgânica da Saúde**. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm> Acesso em: 10 ago.2018.

_____. Ministério da Saúde. **Humaniza SUS**: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS. 4 ed. 1ª reimpressão, Série B, Textos Básicos de Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização Brasília, 2008. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_gestores_trabalhadores_sus_4ed.pdf> Acesso em: 12 Set 2018.

_____. Portaria MS de nº 10 de 3 janeiro de 2017. **Redefine as diretrizes de modelo assistencial e financiamento de UPA 24h de Pronto Atendimento como Componente da Rede de Atenção às Urgências, no âmbito do Sistema Único de Saúde.** Brasília, 2017.

_____. Portaria MS de nº 4.297, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2010. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.html> Acesso em: 10 ago.2018.

_____. Portaria nº 1.600, de 7 de julho de 2011. Reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2011. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1600_07_07_2011.html> Acesso em: jul.2018.

CFESS. **Código de Ética Do/A Assistente Social.** Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. 10ª. Ed. Rev. e Atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde.** Brasília: CFESS, 2010.

GUERRA, Y. (org.). **A Dimensão Técnico-Operativa no Serviço Social:** desafios contemporâneos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GUERRA, Y. **A Instrumentalidade do Serviço Social.** 10 Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 7 ed. São Paulo: 2004.

NOGUEIRA, V. M. R.; MIOTO, R. C. T. **Desafios atuais do Sistema Único de Saúde – SUS e as exigências para os assistentes sociais.** In: MOTA, E. E. et al. (Org.). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

RECIPUTTI, L. et al. **O processo de implantação das unidades de pronto atendimento no Brasil.** Rev. Saúde Pública. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v51/pt_0034-8910-rsp-S1518-87872017051000072.pdf> Acesso em: 12 ago.2018.

VERONEZE, Renato Tadeu. **Agnes Heller:** cotidiano e individualidade – uma experiência em sala de aula. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação). São Paulo: PUC-SP, 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 95, 96, 97, 142, 147, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Apoio 6, 16, 21, 26, 28, 59, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 94, 111, 114, 119, 120, 122, 141, 152, 153, 156, 157, 158, 161, 167, 168, 182, 183, 188, 191

Assistência Estudantil 72, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 179, 183, 184, 187, 189, 190

Assistente Social 2, 7, 9, 14, 15, 18, 19, 21, 22, 36, 37, 46, 56, 62, 65, 66, 67, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 95, 96, 103, 104, 109, 114, 123, 138, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 167, 168, 169, 171, 178, 179, 184, 191

Autocracia Burguesa 47, 48, 49, 50, 52, 53

C

Capital 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 15, 16, 19, 21, 22, 27, 33, 45, 48, 49, 50, 51, 56, 88, 103, 111, 112, 113, 115, 121, 123, 127, 128, 129, 132, 138, 141, 165

Capitalismo 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 18, 21, 27, 48, 49, 92, 104, 111, 133

Capitalista 1, 2, 3, 5, 6, 7, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 24, 25, 34, 48, 49, 53, 66, 69, 76, 104, 105, 112, 131, 132, 141, 155, 159, 172

Conservadorismo 8, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 36, 40, 44, 45, 48, 53, 54, 55, 56, 81, 88, 115, 116, 149

Cultura 17, 28, 44, 46, 63, 64, 66, 93, 94, 95, 100, 103, 119, 120, 124, 138, 148, 153, 160, 182

D

Deficiência 30, 83, 119, 154, 158, 161, 162, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 188, 189, 190

Diário de Campo 80, 87, 88

Dimensão 8, 10, 17, 26, 36, 37, 39, 42, 45, 59, 60, 66, 80, 84, 87, 91, 101, 107, 120, 128, 151, 159, 162, 171

Dimensões 3, 8, 10, 53, 80, 81, 83, 84, 86, 134, 135, 142, 148, 149, 159, 160, 174

Direito 26, 32, 35, 46, 63, 95, 110, 118, 119, 120, 121, 126, 127, 137, 146, 154, 158, 172, 173, 177, 179, 180, 181, 189

Direitos 4, 6, 8, 9, 10, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 43, 44, 65, 77, 78, 79, 88, 89, 93, 115, 119, 121, 126, 128, 129, 134, 138, 146, 148, 150, 154, 160, 161, 162, 165, 166, 168, 169, 173, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 188, 189, 191

E

Educação 5, 20, 21, 25, 28, 29, 30, 31, 33, 42, 72, 73, 78, 79, 83, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 103, 104, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 135, 137, 138, 145, 153, 158, 162, 165, 173, 174, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 188, 189, 190

ENESSO 19, 43, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116

Ensino 23, 31, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 83, 85, 89, 90, 92, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 129, 136, 156, 158, 165, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 189

Estado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 15, 17, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 32, 33, 43, 48, 49, 50, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 75, 76, 79, 88, 91, 95, 99, 113, 119, 121, 133, 135, 136, 138, 141, 142, 149, 158, 165, 166

Estágio 3, 74, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97

Estudantil 72, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 179, 183, 184, 187, 189, 190

Ética 9, 18, 20, 22, 35, 43, 44, 46, 48, 55, 56, 57, 78, 82, 84, 91, 92, 110, 114, 144, 148, 151, 165

Ético-Política 18, 19, 36, 37, 45, 69, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 105, 109, 113, 114, 148, 159

F

Família 15, 95, 147, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 176

Formação 2, 11, 14, 15, 16, 17, 19, 22, 28, 32, 36, 38, 40, 41, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 122, 123, 124, 128, 129, 131, 133, 137, 138, 139, 149, 151, 156, 173, 178, 182, 188

G

Gramsci 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 79

Gramsciana 61, 62, 64, 66

Grupo 7, 23, 38, 41, 42, 54, 74, 93, 94, 95, 98, 99, 101, 107, 108, 126, 134, 136, 143, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 176, 177, 178

H

História 3, 10, 11, 16, 23, 26, 27, 46, 63, 67, 79, 96, 99, 106, 108, 122, 127, 131, 133, 136, 137, 150, 159, 160, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 190

I

Instrumentalidade 57, 81, 88, 103, 106, 107, 108, 140, 141, 145, 148, 149, 150, 151, 158, 162

M

MESS 109, 110, 113, 114

Movimento 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 17, 18, 26, 31, 32, 39, 40, 44, 45, 46, 56, 62, 63, 64, 81, 85, 88, 105, 109, 110, 112, 113, 114, 118, 121, 122, 128, 134, 142, 160, 162, 173, 174

N

Narrativa 171, 173, 174, 175, 176, 178

Neonatal 164, 165, 166, 167, 169, 170

O

Óbito 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

P

PCD 171, 172

Pesquisa 1, 2, 19, 23, 37, 40, 41, 42, 43, 53, 69, 73, 74, 76, 79, 84, 92, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 117, 118, 120, 123, 124, 126, 131, 135, 136, 137, 140, 141, 154, 156, 160, 161, 170, 172, 175, 178, 180, 182, 187, 188, 191

Pnaes 119, 120, 122, 128, 129, 184, 189

Política Pública 128, 154, 158, 179

Política Social 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 36, 46, 50, 66, 80, 89, 97, 129, 142, 150, 162, 191

Políticas Públicas 16, 30, 34, 96, 102, 113, 128, 129, 142, 146, 154, 165, 169, 172, 173, 191

População 4, 5, 15, 17, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 59, 61, 62, 87, 94, 95, 99, 115, 120, 127, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 160, 172, 180

Profissão 1, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 65, 66, 69, 71, 72, 73, 74, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 90, 93, 95, 103, 104, 107, 114, 116, 144, 146, 148, 149, 150, 151, 159, 160, 162, 167, 172

Profissional 1, 2, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 134, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 173, 174, 191

Projeto Ético Político 12, 18, 21, 22, 55, 97, 166

Q

Questão Social 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15, 19, 20, 22, 35, 50, 51, 61, 66, 67, 78, 90, 92, 93, 95, 104, 130, 131, 132, 133, 135, 138, 139, 141, 142, 144, 159, 160, 162, 172

R

Religiosa 36, 37, 38, 39, 42, 43, 46, 105

Renovação 17, 22, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 65, 68, 69

S

Saúde 5, 11, 20, 21, 25, 28, 29, 30, 31, 33, 46, 66, 72, 80, 88, 92, 93, 96, 97, 108, 119, 120, 124, 130, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 162, 164, 165, 166, 169, 170, 174, 177, 180, 191

Serviço Social 12, 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 128, 129, 130, 132, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 151, 152, 154, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 191

SUS 31, 141, 142, 144, 148, 150, 151, 165, 166

T

Trabalho 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 68, 69, 70, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 102, 103, 104, 106, 108, 110, 111, 116, 120, 122, 123, 127, 128, 129, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 187, 188, 189

U

UPA 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151

Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020